

A MUNDIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA: VIA CAMPESINA E O MODELO AGROECOLÓGICO PELA CONQUISTA DA SOBERANIA ALIMENTAR

Ana Carolina Iozzi Ferro¹
iozziferro@gmail.com

Tereza Gomes Leal²
terezag197@gmail.com

Resumo

A Via Campesina é uma organização mundial de camponesas e camponeses que surge junto a crescente internacionalização da agricultura, que se acirra a partir dos anos 1980. O cerne deste processo é a concentração do sistema de produção e distribuição de alimentos nas mãos de um pequeno grupo de transnacionais, o que causa inclusive uma homogenização do consumo de alimentos no planeta. Assim sendo, as mudanças que sofre a esfera rural estão inclusas na forma mais recente do capitalismo, a denominada globalização neoliberal.

O Estado, por sua vez, inserido de todas as formas nesse sistema capitalista, compactua com os interesses econômicos das grandes empresas detentoras da produção, e deixa de atender as demandas da sociedade civil na esfera político-social. É nesse contexto que atores contra-hegemônicos, como a Via Campesina, emergem e ganham força internacionalmente. A principal bandeira levantada pelo movimento, que luta por um modelo alternativo de agricultura e de mundo, é a da Soberania Alimentar. Dessa forma, através da pesquisa bibliográfica, esse artigo tem a pretensão de expor as contradições do sistema posto, analisar o processo de mundialização da luta pela terra e como a Via defende a Soberania Alimentar e o modelo agroecológico.

Palavras-chave: Via Campesina. Soberania Alimentar. Agroecologia. Globalização Neoliberal.

1 Graduada de Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP de Franca/SP

2 Graduada de Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP de Franca/SP

Introdução

A globalização neoliberal têm colocado as preocupações sociais em segundo plano. Ao passo que o Estado se conforma à agenda neoliberal política e econômica ele compactua com os interesses daquelas elites que detêm a produção, deixando de cumprir sua função de prover o bem-estar social, não mais atendendo as demandas da parte menos favorecida da sociedade civil na esfera político-social, relegando o controle do mercado econômico as corporações transnacionais. A banalização da esfera pública e a impotência da política em captar as demandas vindas da sociedade faz refletir sobre a necessidade de recriar a política fortalecendo-a de forma profunda. É na esfera pública que se luta por influência, pois ela se forma nessa esfera. (Habermas, 1997)

Com isso, os movimentos sociais crescem em importância e tamanho como atores contra hegemônicos e antiglobalização, e, através das redes, se utilizando das ferramentas advindas da revolução tecnológica passam a quebrar barreiras geográficas difundindo a luta por toda parte do globo, representando o descontentamento e a movimentação dos indivíduos por causas convergentes.

Por isso hoje a ordem mundial atual é composta por diversos outros atores estatais e não estatais, tais como corporações internacionais, ONGs e agora com mais força, os movimentos sociais transnacionais que buscam a transformação do sistema vigente, como a Via Campesina e seu projeto de sociedade, que serão estudados neste artigo.

Globalização Neoliberal

Em seu livro “Por Uma Outra Globalização”, Santos (2000) afirma que a globalização é o auge da internacionalização sistema capitalista. Do processo de globalização são frutos, mesmo que indiretamente, mazelas como o desemprego crônico; a pobreza; a diminuição dos salários; a fome generalizada etc, pois a perversidade sistêmica causa uma adesão violenta a comportamentos competitivos que caracterizam as ações hegemônicas. Ainda, o autor elucida que para além da emergência de novas técnicas, a globalização também resulta de ações que vão garantir o surgimento de um mercado dito mundial, agente dos processos políticos vigentes; a distribuição geográfica da produção sob o controle centralizado de atores hegemônicos como as corporações mundiais permite a existência de um “motor único na história”, simbolizado pela mais-valia globalizada.

Um elemento da internacionalização atrai outro, impõe outro, contém e é contido pelo outro. Esse sistema de forças pode levar a pensar que o mundo se encaminha para algo como uma homogeneização, uma vocação a um

padrão único, o que seria devido, de um lado, à mundialização da técnica, de outro, à mundialização da mais-valia. (SANTOS, p. 15, 2000)

Sem nomeá-lo Milton Santos (2000), descreve algumas características do neoliberalismo no contexto da globalização, como por exemplo a necessidade dos “condutores da globalização” de ter um Estado poroso, flexível a seus interesses; e as privatizações. Segundo o autor “A política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que não têm preocupações éticas, nem finalísticas.” (SANTOS, p.33, 2000). Ao fim, o Estado acaba tendo menos recursos para o que é social; fica claro que a máquina estatal não diminui de importância, mas sim se fortalece para satisfazer os grandes interesses do mercado internacional.

Seguindo a mesma lógica de Santos, o britânico marxista, David Harvey faz duras críticas ao neoliberalismo e à globalização neoliberal. Harvey, no livro “O Neoliberalismo: história e implicações” define o que é o neoliberalismo nessas palavras:

(...) é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes deverão ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (p.12, 2008)

Vemos que o autor reafirma o pensamento supracitado de Milton Santos, de que, no sistema posto o Estado passam a servir ao mercado econômico e não à garantia do bem-estar social do seu povo. Na verdade, segundo Harvey, o neoliberalismo “sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado.” (p. 13, 2008).

Para essa maximização é preciso que se tenha controle sobre as tecnologias de informação e que aja a promoção de tais. Essas tecnologias diminuem, compactam, o crescente volume das transações de mercado no espaço e no tempo. Quanto mais ampla a

escala geográfica e quanto mais curtos os períodos de tempo dos contratos de mercado melhor. Por isso a necessidade que a neoliberalização fosse pela via da globalização. (HARVEY, 2008).

É importante destacar, por conseguinte, que segundo Harvey instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a OMC servem de instrumento para a materialização do projeto neoliberal, ao passo que essas regulam as finanças e o comércio globais e estão sob a tutela dos Estados e atores hegemônicos.

Partindo dessa análise de como se define, e das características da globalização neoliberal, é inegável como o sistema capitalista que nos rege afeta tão negativamente a população trabalhadora, periférica e rural dando abertura para uma reação da sociedade civil através, por exemplo, dos movimentos sociais.

Mundialização da luta camponesa e a Via Campesina

A Via Campesina foi criada em 1993, em um momento que as políticas de agricultura e agronegócio estavam se tornando globalizados e pequenos agricultores precisavam desenvolver uma visão comum e também uma unidade para defender essa visão. Organizações de pequenos produtores queriam participar diretamente das decisões que afetariam suas vidas, tendo sua voz ouvida. Hoje, o movimento internacional une milhões de camponeses, agricultores, sem terras, indígenas e migrantes de todo o mundo, defendendo a soberania alimentar como uma forma de promover justiça e dignidade social se opondo fortemente às corporações que comandam a agricultura e destroem as relações sociais e a natureza. (VIA CAMPESINA)

A construção de uma identidade coletiva da Via, que alia quase 200 movimentos de todo o mundo, foi um processo complexo. De acordo com Desmarais e Edelman (1998) esse processo se facilitou por conta da relação anterior entre ativistas do norte e do sul, que propiciou que esses movimentos superassem as grandes diferenças culturais e regionais, através da identificação de interesses comuns, consolidando um “nós” coletivo como camponês. Assim, uniram-se pela luta em oposição ao neoliberalismo.

No contexto atual em que a OMC passa a definir as regras de comércio mundial, o agronegócio e a agricultura transgênica se tornam privilegiadas em prejuízo dos pequenos produtores rurais, devido a um critério que determina a liberalização completa da agricultura. Dada a gênese internacional da questão, a criação desta nova realidade gerou uma problemática que afetava a todos os camponeses do globo, o que exigia em contrapartida um retorno equivalentemente transnacional.

Assim sendo, desde os anos 1990, a Via Campesina vem crescendo e, graças à capacidade de articulação, contato e intercâmbio promovidas pela realidade da globalização, desponta como um importante ator internacional representando a luta camponesa.

(...) Via Campesina se revelou como um ator principal nas lutas populares internacionais contra o neoliberalismo que, entre outras coisas, exigem responsabilidades das agências inter-governamentais, enfrentam e se opõem ao controle corporativo sobre os recursos naturais e a tecnologia, e defendem a soberania alimentar. Além disso, desempenhou um papel destacado em campanhas de grande polêmica política como, por exemplo, as dirigidas contra a OMC, contra os gigantes corporativos mundiais como o McDonalds, e contra os organismos geneticamente modificados (OGM) e as multinacionais que os fomentam, como a Monsanto. (BORRAS, 2004, p.3)

Portanto, A Via Campesina atua como um movimento social “contra-hegemônico”, ou seja, como um movimento que não participa dos objetivos de manutenção e reprodução ampliada do capital no ambiente rural. Ao mesmo tempo, comporta-se como um movimento social em construção, criando também sua própria agenda política cujas diretrizes gerais são estabelecidas em suas conferências internacionais que ocorrem a cada quatro anos em diferentes localidades. Dessa forma, o movimento discute, articula e promove estratégias e ações combativas referentes a diversas bandeiras, como: reforma agrária, soberania alimentar biodiversidade e recurso genéticos, direitos humanos, agricultura camponesa sustentável, migração e trabalhadores rurais, e questão de gênero.

Dentre essas, a que tange todo o projeto de transformação do sistema de produção e do próprio sistema capitalista é da soberania alimentar, que vamos discutir a seguir.

Soberania Alimentar e Agroecologia

O conceito de “soberania alimentar” surge em contraponto ao conceito de segurança alimentar, empreendido pela FAO. Para a organização, segurança alimentar é o “direito de todos [...] terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental [...] a fim de atingir uma segurança alimentar para todos” (FAO, 1996), limitando o direito ao acesso à alimentação de acordo com as necessidades nutricionais dos indivíduos, omitindo-se de questões como de que tipo e como o alimento é produzido. Nesse sentido, ao pautar suas políticas nas necessidades nutricionais da população, a FAO tem priorizado políticas voltadas para o aumento da produtividade e dos valores nutricionais dos alimentos produzidos, lógica essa propagada pelas empresas produtoras de variedades transgênicas.

Ainda, o conceito de soberania alimentar se configura como um modelo de desenvolvimento alternativo ao neoliberal hegemônico, de modo que, para se atingir esse ideal, seriam necessárias profundas transformações de caráter sócio-político-econômico de recorte estrutural na ordem internacional vigente.

Dessa forma, a defesa da soberania alimentar é o mais eminente projeto contra-hegemônico da Via Campesina, que define o conceito como:

O direito dos povos, comunidades, e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades. (VIA CAMPESINA, 2002)

A lógica neoliberal de produção e distribuição de alimentos acarreta na padronização da produção, através inclusive da monocultura, e prevê uma produção voltada para a exportação, sendo estes os elementos do agronegócio que seriam administrados por poucas empresas, que concentram o capital. A soberania alimentar alcançada através da agricultura é uma proposta para o rompimento dessa lógica e o fim desse ciclo, visando uma mudança no sistema agrícola que propicie a distribuição de terras e um favorecimento da pequena agricultura. Posição essa sustentada por **Rosset e Martinez-Torres** (2013), que afirmam que a agroecologia é o pilar para a construção da soberania alimentar.

A agroecologia é um termo que se torna conhecido ao final dos anos 80 no Brasil e vêm sendo construído tanto por grupos de pesquisadores quanto movimentos camponeses, como a Via Campesina, que hoje servem de referencial para o tema. Como já dito, a agroecologia surge como uma proposta contrária ao agronegócio, que vem se intensificando cada vez mais, unindo princípios ecológicos, agrônômicos e socioeconômicos.

Para **Nema** (2008), a agroecologia encara o solo como um organismo com vida, no qual não se usa agrotóxicos, adubos químicos, antibióticos ou sementes transgênicas. O controle das pragas nesse espaço é feito a partir de produtos naturais e através do controle biológico. A mesma lógica se aplica aos animais criados para a alimentação, respeitando-se o seu espaço e ciclo natural de vida, tratados sem o uso de agentes químicos ou hormônios.

A agroecologia promove também um melhor cuidado com o solo através do seu sistema que visa equilibrar os nutrientes do solo através do uso diversificado das próprias plantas, fazendo a reciclagem da matéria orgânica ali produzida, assim como o uso de minhocários ou outras técnicas como a da rotação de culturas. O uso dessas técnicas são uma alternativa para o problema de deterioração do solo causado pelo modelo do agronegócio, a

monocultura. A partir deste método é possível restaurar os nutrientes do solo e manter um equilíbrio do sistema local.

O modo de produção atual tem por objetivo atender ao tempo estipulado pelo capital, visando uma produção contínua de alguns alimentos, enquanto o modelo agroecológico respeita o tempo da natureza e visa a produção de alimentos saudáveis, respeitando a época de plantio dos alimentos e propiciando uma maior diversidade com relação à produção.

Esse modelo gera uma maior qualidade de vida tanto para o pequeno produtor quanto àquele que consome o alimento: para quem consome têm uma maior variedade de alimentos saudáveis ao longo do ano, não baseando a sua dieta em apenas um tipo de nutrição; enquanto que para quem produz é um sistema que permite a sua auto-sustentabilidade, não prejudica a saúde do produtor com o uso de substâncias tóxicas, como o agrotóxico, e além dessas coisas é um modelo economicamente viável aos pequenos produtores.

É importante pontuar que o sistema desenvolvido pelas técnicas da agroecologia produzem uma maior quantidade de comida por hectare do que o agronegócio produz nas suas monoculturas. O que mostra a falácia da produtividade do agronegócio, sendo que este, na verdade, em grande parte não tem como finalidade a produção de alimentos.

Segundo o Plano Camponês do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA, 2013) a agroecologia alcança cinco dimensões de importância: (I) Ambiental: a agroecologia supera a dicotomia entre a preservação do meio ambiente e a agricultura, afirmando ser possível produzir alimentos sem agredir o meio ambiente; (II) Social: gera um equilíbrio social com a qualidade de vida, produzindo alimentos saudáveis; (III) Econômica: economicamente viável a pequenos agricultores/camponeses podendo-os integrar na produção de alimentos e descentralizando a produção em poucas empresas; (IV) Política: favorece o projeto político da permanência da agricultura camponesa; e (V) Cultural: a agricultura como “além do que se produz”, a relevância da qualidade do alimento e de que tipo de alimento produzir.

Além do MPA, o estudo também é feito pela Via Campesina, que busca ampliar essa discussão em âmbito internacional e teve o seu primeiro encontro Global sobre Agroecologia e sementes camponesas em Surin, na Tailândia, em 2012. Deste evento, surge a Declaração de Surin, na qual afirma-se a importância da agroecologia para a conquista da Soberania Alimentar, sendo que agroecologia apenas pode ser feita pelos pequenos produtores e não por grandes empresas, ainda que estas não se utilizem de agentes químicos para a sua produção. Também afirma a importância da presença das mulheres no modelo agroecológico, considerando que sem essa participação não se configura como agroecologia também.

No Brasil, a Via Campesina e os movimentos aliados, promovem cursos de agroecologia e manifestações que questionam o controle da produção de alimentos pelas

empresas, para pressionar o governo e a sociedade brasileira em busca de políticas públicas para esses projetos.

Considerações Finais

A agroecologia é um elemento vital para garantir a permanência camponesa e a soberania alimentar dos povos, inserindo a população camponesa na produção de alimentos de forma autônoma. Além de uma forma alternativa de agricultura, a agroecologia representa um projeto de sociedade, permeando questões como a inclusão das mulheres no campo, que melhoram as condições de trabalho para todos, e na qual a atuação das mulheres conjuntamente é de extrema relevância. Considerando inclusive o papel que a sociedade lhes impõe, a agroecologia permite as mulheres trabalharem para o sustento de suas famílias estando próximas a ela e garantindo a sua soberania alimentar.

A agroecologia representa não apenas um projeto político, mas também um “projeto de vida” para a população camponesa. Haja vista as considerações da Declaração de Surin, que busca especificar mais do que o nome do conceito, mas quais são os seus princípios sociais, políticos e ecológicos defendidos pelo movimento.

A Declaração não considera como agroecológico uma agricultura regida por homens e que mantém a dupla (ou tripla) jornada de trabalho das mulheres, assim como aqueles alimentos produzidos de forma orgânica mas que não mexem na estrutura da monocultura, como alimentos orgânicos advindos de projetos neoliberais.

Após tudo o que foi exposto, fica evidente o papel imprescindível dos movimentos sociais camponeses e da Via Campesina para a difusão em escala global do conceito de Soberania Alimentar e para a promoção e execução de um projeto agroecológico em oposição ao projeto hegemônico neoliberal do agronegócio, e das próprias relações capitalistas que expõe trabalhadores rurais e urbanos a uma situação de exploração e decadência. A agroecologia é o projeto que torna possível a transformação da estrutura em que vivemos e da efetivação da nova sociedade que a Via Campesina e sua rede visa construir.

Referências Bibliográficas

BORRAS, Saturnino. *La Via Campesina: un movimiento en movimiento*. Amsterdã: Transnational Institute, 2004.

DESMARAIS, Annette. *La Vía Campesina: globalization and the power of peasants*. London: Pluto Press, 2007.

EDELMAN, M. Transnational peasant politics in Central America. In: **Latin America Research Review**, v.33, n.3, p.49-86, 1998.

HABERMAS, J. Uma conversa sobre questões da teoria política. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 47, mar. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências Ltda, 1997.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LA VIA CAMPESINA. Sítio da rede de movimentos sociais. Disponível em: <https://viacampesina.org>. Acesso em: maio de 2018.

_____. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/surin-declaration-first-global-encounter-on-agroecology-and-peasant-seeds/>. Acesso em: maio de 2018

NEMA. *Agroecologia: um caminho amigável de conservação da natureza e valorização da vida*. Rio Grande: NEMA, 2008.

ROSSET, P.M; ,ARTINEZ-TORRES, M.E. *Movimientos sociales rurales y agroecologia: contexto teoria y proceso*. Traduzido por Viviana Tipiani. 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Sítio do MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/06/26/via-campesina-critica-apropriacao-da-agroecologia-pelo-capital.html>. Acesso em: maio 2018.

MOVIMENTO DE PEQUENOS AGRICULTORES. Sítio do MPA. Disponível em: https://issuu.com/comunicacaompa/docs/cartilha_-_plano_campones-_final. Acesso em: maio de 2018.